



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA  
ASSEMBLEIA DO POVO

**DISCURSO**  
DO CAMARADA PRESIDENTE  
JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS  
NA ABERTURA  
DA VIII SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA DO POVO

LUANDA, 29-08-1990

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA  
ASSEMBLEIA DO POVO

# DISCURSO

DO CAMARADA PRESIDENTE  
JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS  
NA ABERTURA  
DA VIII SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA DO POVO

LUANDA, 29-08-1990

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

LUCIO LARA

## CAMARADAS DEPUTADOS

Eu tinha a intenção de convocar esta sessão da Assembleia do Povo para o fim do mês de Outubro, para que ela pudesse debruçar-se sobre as medidas que o Governo vem preparando desde o mês de Junho, a fim de fazer face à difícil situação do País em vários domínios da actividade nacional.

Mudei de ideias, para não deixar de cumprir com o disposto no nosso Regimento Interno a respeito da necessidade da apresentação dos relatórios de execução do Plano Nacional e do Orçamento Geral do Estado, do ano findo.

De facto, ao analisarem a proposta da Ordem de Trabalhos, devem ter constatado que esses relatórios são substituídos por uma informação a que se anexa o Plano de Recuperação Económica ajustado e o Programa de Acção do Governo para a reactivação do S.E.F..

80 Pretendemos, deste modo, centrar a atenção dos Camaradas Deputados nas tarefas mais urgentes e nalguns projectos de Lei e de medidas que trazemos à vossa consideração, deixando para mais tarde os assuntos menos urgentes. No decorrer da sessão será apresentada a justificação desta alteração, com mais pormenor.

Neste momento tenho presente na minha memória as discussões acaloradas e difíceis que temos tido nesta sala desde há muitos anos, versando sobre os incumprimentos de planos e tarefas por quadros responsáveis e dirigentes, sobre a inadequação de algumas orientações estratégicas de carácter económico e social, sobre o mau funcionamento dos serviços públicos etc., quer em reuniões da Assembleia do Povo, quer em reuniões magnas do MPLA-Partido do Trabalho. Em todos os momentos, estes órgãos colectivos e outros, têm procurado, de acordo com as suas possibilidades, os caminhos que lhes parecem mais

acertados e equacionando, aparentemente de forma correcta, a solução dos nossos problemas. Mas, a verdade é que, a situação do País permanece difícil e os problemas a resolver são tremendos, apesar dos progressos indesmentíveis que temos feito.

O I Congresso do MPLA, constatou em 1977 que havíamos herdado uma economia em crise, distorcida e desarticulada, semi paralizada pela acção de forças externas poderosas e seus aliados internos, hostis ao novo poder. A 1.<sup>a</sup> Conferência Nacional do MPLA-Partido do Trabalho, de Fevereiro de 1985 e o seu II Congresso efectuado no fim do mesmo ano, sublinharam a inadequação das orientações económicas fundamentais do I Congresso à nossa realidade, apontaram as causas do agravamento da crise económica e perspectivaram uma nova política económica baseada na observância do carácter objectivo das leis

económicas no processo de direcção e gestão da economia nacional, a todos os níveis.

Chamaram a atenção para a falta sistemática de interligação ou correspondência que se verificava nos principais instrumentos da direcção da economia, nomeadamente o Plano Nacional, o Orçamento Geral do Estado e o Orçamento Cambial por um lado e, por outro, para a ineficiência e ineficácia do sistema administrativo de gestão em vigor. Apesar de terem sido aprovadas pelo Partido, os quadros que eram portadores destas ideias inovadoras eram muito poucos. Eles não dispunham de grande experiência, nem de pontos sólidos de referência, nem conhecimentos científicos suficientes das principais disciplinas em tratamento. Os consultores estrangeiros a que se fez recurso não podiam, muito naturalmente, e por razões óbvias, substituir os angolanos que melhor conheciam todas as sensibilidades políticas internas

e a quem competia e compete, em abono da verdade, a tomada de decisão.

Neste contexto, foi necessário seleccionar, por etapas os quadros que mais rapidamente eram capazes de assimilar e protagonizar essas ideias inovadoras, e isto não aconteceu sem precalços. Através da discussão, o número de quadros aumentou, foram-se criando os instrumentos de acção, cada um enriqueceu o outro no pensamento e essa acção começou a tornar-se mais forte e deu-se melhor forma e conteúdo às ideias; venceram-se as hesitações e também as resistências veladas daqueles que no Aparelho do Estado e do Partido consideravam o projecto de reforma económica como sendo contrário à linha política do Partido e aos objectivos da revolução angolana, nesta etapa histórica.

As alterações verificadas no panorama mundial e especialmente a rejeição do modelo de socialismo estalinista pelas massas populares

dos países da Europa do Leste, veio facilitar a nossa campanha de esclarecimento e a compreensão da necessidade imperiosa do nosso programa de reformas.

Hoje, talvez possa afirmar que teria sido "um milagre" ou uma mera casualidade o conseguir-se nestas circunstâncias, um cumprimento a 100% de todas as metas do nosso programa económico.

Além disso, aliás, já exprimi antes a opinião de que também não fomos realistas quando anunciamos o período de três anos para a vigência do S.E.F..

No entanto, estes factos objectivos e outros subjectivos nunca nos fizeram perder a esperança de que o nosso Governo seria capaz de aumentar a sua eficiência e de elevar os índices de cumprimento das deliberações da Assembleia do Povo e da Direcção do MPLA-Partido do Trabalho.



Tendo ficado apreensivo com o atraso, mais uma vez notado, na conclusão e apresentação do Plano Nacional, do Orçamento Geral do Estado e do Orçamento Cambial, no último trimestre do ano passado e com a persistência do fraco desempenho de alguns membros do Governo que fizeram perdurar esse atraso no primeiro trimestre deste ano, provocando deste modo, uma semi paralização da actividade governativa, resolvi tomar algumas providências, nomeadamente criando um grupo de trabalho para reflectir sobre um conjunto de medidas urgentes e inadiáveis, capazes de fazer face à crise e retirar o S.E.F. da estagnação em que se encontrava. Desta reflexão, feita nos meses de Abril e Maio, resultou a elaboração das bases do programa do Governo para a reactivação do S.E.F a que se seguiu a nomeação dos novos titulares para as pastas ministeriais do Plano e Finanças e de um novo Governador para o BNA.

Uma comissão do Governo analisou estas bases gerais e resolveu propô-las com ligeiras emendas como Programa de Acção do Governo. É este programa aprovado pelo Conselho de Ministros que será apresentado oportunamente pelo Camarada Ministro do Plano a esta Assembleia. Ele trata essencialmente das matérias ligadas à moeda e ao crédito, às finanças públicas, à balança de pagamentos, à reforma administrativa; aponta várias medidas que visam a estabilização da situação financeira, o relançamento da produção material e a valorização da moeda e do salário. Algumas destas medidas foram já aprovadas pelo Conselho de Ministros; outras constam da Ordem de Trabalho desta sessão, para aprovação e outras ainda estão em preparação.

Os assuntos mais delicados que estamos a estudar e para os quais não podemos trazer propostas concretas a esta sessão, são três: O primeiro prende-se com a desvalorização da moeda. Os Ca-

maradas Deputados receberam no ano passado, do então Ministro do Plano, uma informação suscinta sobre os efeitos da desvalorização da moeda nacional na economia do País e na vida do cidadão. Naquela altura, era preconizada uma desvalorização de 100% do kwanza, seguida de uma outra de 100%, mais tarde.

Apesar da decisão já tomada nesse sentido, hoje as opiniões dos quadros e de alguns dirigentes são divergentes. Há os que acham a medida necessária e urgente; há outros que consideram que a desvalorização da moeda deve ser superior a 200%, existindo ainda os que pensam que esta medida não deve ser aplicada. Nós preferimos não emitir nenhuma opinião, por enquanto. Quero apenas informar os Camaradas Deputados que um grupo de trabalho está a estudar profundamente os assuntos relativos à moeda e ao crédito e deverá apresentar as suas conclusões e propostas até ao fim do mês de outubro. De igual modo, o

Governo isto é o Conselho de Ministros pensa remeter à Comissão Permanente as suas propostas, até ao mês de Outubro.

O segundo assunto é o da dívida externa do País. A nossa dívida a médio e longo prazo em 30 de Junho, estava calculada em 5.200 milhões de dólares, ocasionando encargos financeiros anuais, na ordem dos 90 milhões de dólares. É certo que o montante global desta dívida e dos respectivos juros não é muito grande quando comparados com os das dívidas de outros países. Porém, o problema reside no facto de termos assumido o compromisso de pagá-la num espaço de tempo mais curto. Por causa do semi-bloqueio que os países ocidentais impõem à nossa economia, nós nunca conseguimos empréstimos financeiros em melhores condições. Em média, os compromissos assumidos atingem níveis de pagamento do serviço da dívida na ordem dos 771,5 milhões de dólares/ano.

Além da dívida de médio e longo prazo, há outra dívida de curto prazo que resulta dos créditos comerciais para a importação dos bens de consumo e matérias primas e que temos de pagar para não bloquear as nossas operações comerciais. No âmbito desta última, teremos que pagar até ao fim do corrente ano, cerca de 550 milhões de dólares.

Quando os Camaradas apreciarem o Plano Nacional reajustado, verão que as receitas em moeda externa planificadas, são manifestamente insuficientes para cobrir todas as nossas despesas e ao mesmo tempo saldar todas as dívidas.

O Camarada Ministro do Plano informará, oportunamente, à Assembleia, sobre a estratégia preconizada pelo Governo para enfrentar o difícil problema da dívida externa no seu todo. Não vale a pena pensar que o aumento temporário dos preços do petróleo no mercado internacional, vai melho-

rar significativamente a nossa situação. As nossas despesas têm ultrapassado largamente as receitas; por isso, durante muito tempo teremos de seguir ainda uma política de austeridade financeira.

O terceiro assunto é relativo à Administração Pública. O nosso Aparelho de Estado tem crescido imenso e de modo desordenado. A revogação do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino e o congelamento do Tribunal Administrativo ocorrido antes, criaram um vazio que deu azo à admissão e promoção de funcionários públicos e quadros sem critérios uniformes, resultando daí injustiças e muitas práticas incorrectas tais como o proteccionismo, nepotismo e outras arbitrariedades. Foram admitidos funcionários sem se respeitar os quadros orgânicos e de pessoal, nem os orçamentos aprovados. Estudos preliminares atestam que o País tem cerca de 120 mil funcionários públicos, quando segundo as pessoas entendidas nesta matéria, países da dimensão do nosso,

talvez não precisem mais do que 50 mil funcionários. Poderá assim constatar-se a existência de cerca de 70 mil funcionários a mais. Considerando que o salário médio é de cerca de 12 mil kwanzas, este número excedentário de funcionários dispense aproximadamente, 10 biliões de kwanzas do Orçamento Geral do Estado.

Como conseguir então receitas para pagar estes funcionários? Quando há um número elevado de empresas deficitárias e a cobrança de impostos também não é feita devidamente, será possível manter-se um tão grande exército de funcionários e pagá-los a tempo e bem, sem o saneamento financeiro e económico do sector empresarial e da Economia Nacional em Geral?

Como resolver os dois problemas ao mesmo tempo e de onde sairá o dinheiro? Estou certo que o Governo com o apoio dos sindicatos, encontrará a forma e as melhores vias para a resolução progressiva destes problemas.

A reforma administrativa que se pretende levar a cabo por fases, deverá dar resposta ao problema da macro-cefalia da administração pública, dos salários, dos critérios objectivos de admissão e promoção, das carreiras, da segurança social e outros e conduzir-nos-à ao redimensionamento do Aparelho do Estado e da Administração Pública.

Neste contexto a Lei da Segurança Social e a Lei sobre os Princípios Fundamentais a observar pela Administração Pública, assumem uma importância fundamental e a sua aprovação é indispensável para iniciar-se a concretização do programa do Governo nesta área.

#### **CAMARADAS DEPUTADOS,**

Os objectivos do programa de reformas económicas levadas a cabo pelo Governo podem ser alcançados mesmo nas condições actuais de guerra.



Afastada que foi a ameaça militar directa da África do Sul, com a independência da Namíbia, o nosso País tem hoje mais possibilidades de realizar as suas tarefas económicas. A guerra da Unita tem uma envergadura e intensidade muito menores do que a guerra que durante 15 anos travamos contra as agressões da África do Sul. Esta foi uma guerra difícil e destruidora em que o nosso povo venceu. Estou certo de que não vamos perder a guerra contra a Unita apesar do apoio aberto de que esta conta da parte das forças conservadoras dos EUA.

É evidente que em condições de paz e estabilidade, as reformas económicas e políticas em curso no País, podem produzir resultados mais rapidamente e acelerar o processo de Reconstrução Nacional. Por isso mesmo, o nosso Governo continua a fazer grandes esforços para conseguir a paz e a tranquilidade para o povo angolano. Esses esforços são

orientados essencialmente em dois sentidos que são, a luta política e diplomática através de contactos e conversações com vista à procura de uma solução justa na base no programa de nove pontos que os Camaradas conhecem, por um lado e por outro, a realização de acções militares defensivas, numa optica de defesa activa, de modo a impedir que a Unita tome o poder pela força das armas.

Todo este exercício tem sido bastante complexo e sinuoso por causa das ingerências externas dos círculos conservadores dos EUA e da República do Zaire e também por causa da irresponsabilidade e má fé da Unita que apesar de irrealista ainda não abandonou a sua opção militar para a resolução do problema. Enquanto nós utilizamos uma linguagem de paz ela utiliza uma linguagem de guerra. Será necessário adaptar o nosso discurso e nossa propaganda à situação, aumentar a vigilância para não desorientarmos e desmotivarmos os nossos combatentes cuja mis-

são principal é neutralizar todos os planos militares do inimigo e vencê-lo na frente de combate.

Obtido nos dois primeiros contactos exploratórios, o consenso sobre a maior parte dos princípios para a resolução do conflito, nós colocamos agora como uma prioridade a obtenção do cessar-fogo, a pacificação do País e a desmilitarização da Unita para que os Angolanos aí filiados possam participar, nos termos da Lei, no processo político que conduzirá o nosso País à democracia multipartidária.

Nós iniciamos a revisão da Lei Constitucional. Essa revisão será aprofundada após o III Congresso do MPLA – Partido do Trabalho, que terá lugar em Dezembro, para consagrar todos os princípios políticos que decorrerão da alteração do sistema de Partido único para o multipartidarismo. O multipartidarismo a que nos referimos, em Angola nunca foi, não é e não será uma conquista da Unita.

O Programa do MPLA, já em 1956 defendia esse sistema político. As condições do País em 1975 e 1976 foram alteradas independentemente da nossa vontade e aconselharam por isso outro rumo. Hoje, a situação interna e internacional mudou, assim como evoluiu o pensamento político dos quadros angolanos e dos membros do MPLA - Partido do Trabalho em particular.

À última sessão ordinária do Comité Central do MPLA - Partido do Trabalho, reflectindo a opinião da grande maioria dos membros do Partido, decidiu que o nosso sistema de Partido único evoluirá, em condições de Paz, para um sistema multipartidário. Esta decisão sintetiza o grande objectivo das reformas políticas que consolidará a reforma económica.

A nossa política nunca, depois do II Congresso do MPLA - Partido do Trabalho, foi tão claramente definida em todos os aspectos como agora. O nosso desejo é caminhar para a Paz, para a eco-

nomia de mercado regulada e para a democracia multipartidária. Trata-se de uma viragem fundamental que implica não apenas a alteração do discurso habitual mas, sobretudo, a mudança de mentalidade e a aceitação naturalmente, da diferença e da competição leal, na tolerância racional e no respeito pela ordem pública. O MPLA-Partido do Trabalho é a força impulsionadora dessa mudança e permanece coerente com o seu espírito de vanguarda. Até à instauração do multipartidarismo em Angola, teremos que percorrer um período de transição em que tarefas específicas como a revisão e a aprovação da Constituição e a adopção de uma Lei sobre Partidos políticos e de uma nova Lei eleitoral, têm de ser executadas.

Alguns desses instrumentos deverão reunir um inequívoco consenso Nacional e por isso é nossa intensão estudar a criação de um órgão consultivo constituído por personalidades e figuras representativas angolanas, que sob tutela

do Estado possa desde o início tomar parte na preparação e discussão dos respectivos projectos.

Estamos encorajados pela forma ordeira e positiva como se organizam e funcionam as Aassociações, que têm sido criadas por iniciativa dos cidadãos, dando assim corpo à liberdade de associação prevista na Lei e a ideia da participação dos cidadãos na ampliação progressiva da Democracia e da participação na sociedade civil na resolução dos nossos problemas.

#### **CAMARADAS DEPUTADOS,**

Já tive a oportunidade de me pronunciar noutros fóruns sobre a questão da ampliação da base social do Partido no âmbito da complexa tarefa da reforma partidária. Esta alteração, cuja necessidade já ganhou concenso, decorre da evolução que se verifica no nosso sistema político, da conveniência de reajustamento da sua base social à nossa realidade de País africano e subdesenvolvido.

O MPLA—Partido do Trabalho deverá assim preparar-se, e vai preparar-se para ser capaz de congregar no seu seio e mobilizar todos os cidadãos sem discriminação, em torno dos objectivos comuns de luta pela paz, democracia, progresso sócio—económico da Nação, justiça social e bem-estar material e espiritual do Povo Angolano.

Desta forma, o MPLA—Partido do Trabalho preparar-se-à para preservar o espaço político, o prestígio e papel de vanguarda do povo, que conquistou por mérito, na sociedade, durante os largos e árduos anos de luta pela conquista e preservação da independência Nacional.

### CAMARADAS DEPUTADOS,

Durante o dia de ontem, a minha pessoa foi objecto de muita atenção por parte da Direcção do Partido, do Estado, do Povo em geral e especialmente dos pioneiros por causa do meu aniversário natalício.

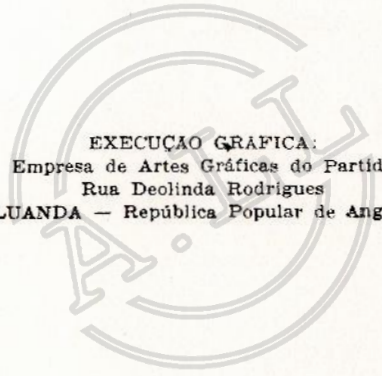
Eu agradeço as manifestações de amizade e de solidariedade com que me brindaram, bem assim como os votos de boa saúde e felicidades que me desejaram; tudo isto me encoraja bastante.

Com estas palavras eu declaro aberta a presente sessão da Assembleia do Povo.

Obrigado.







EXECUÇÃO GRÁFICA:  
Empresa de Artes Gráficas do Partido  
Rua Deolinda Rodrigues  
LUANDA — República Popular de Angola



BA-01  
5899